

A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: O CASO DA AGROINDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

Marco Aurelio Kasmin

Graduação em Ciências Econômicas. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional. Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente é Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Toledo.

E-mail: marcokasmin@hotmail.com

João José Passini

Graduação em Engenharia Agrônoma. Mestrado em Gestão da Ciência e Tecnologia. Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente é analista de C&T no Instituto Agronômico do Paraná.

E-mail: jjpassini@hotmail.com

Débora Guerino Boico

Graduação em Tecnologia de Alimentos. Mestrado em Engenharia Química pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

E-mail: dgbboico@gmail.com

Resumo

A agricultura familiar é uma categoria da sociedade brasileira com grande importância econômica e social, seja pela sua representação numérica, seja pela função de oferecer alimentos e outros serviços para a população urbana. Manter essas funções depende de políticas de desenvolvimento rural. Uma dessas políticas é a assistência técnica e extensão rural – ATER, que propõe oferecer conhecimentos e tecnologias para serem empregadas nos sistemas de produção e seus negócios, sobretudo aqueles que sejam adequadas às circunstâncias de escassez de capital e às adversidades vividas pelas pequenas propriedades. Esse artigo teve como objetivo estudar a importância da ATER oferecida às agroindústrias familiares do Oeste do Paraná, na percepção dos usuários. Para isso foi utilizado entrevistas semiestruturadas que abordaram o serviço ofertado, a frequência, e os resultados percebidos pelo produtor quanto a rentabilidade, redução de esforço físico e preservação ambiental. Chama a atenção a percepção de que a ATER cumpre sua função estrita e amplia a renda do produtor, porém este espera que além das questões técnicas relativas a produção, a ATER também instrua e auxilie em questões comerciais e de modelo de negócio.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Agricultura Familiar. Agroindústria Familiar. Extensão Rural. Paraná.

Abstract

Family farming is a category of Brazilian society with great economic and social importance, either by its numerical representation or by the function of offering food and other services to the urban population. Maintaining these functions depends on rural development policies. One such policy is rural technical assistance and extension - ATER, which proposes to offer knowledge and technologies to be used in production systems and their business, especially those suited to the circumstances of capital shortages and the hardships experienced by small farms. This article aimed to study the importance of the ATER offered to the family agroindustries of the West of Paraná, in the perception of the users. For this, we used semi-structured interviews that approached the service offered, the

frequency, and the results perceived by the producer regarding profitability, reduction of physical effort and environmental preservation. Attention is drawn to the perception that ATER fulfills its strict function and expands the income of the producer, but he expects that in addition to the technical issues related to production, ATER will also instruct and assist in business and business model issues.

Keywords: Rural Development. Family Farming. Family Agroindustry. Extension Rural. Paraná.

1 INTRODUÇÃO

O processo de modernização da agricultura no Brasil, com a difusão de insumos industriais, químicos, mecânicos e de alta genética, ampliou a diferenciação dos agricultores. Aqueles que conseguiram adotar o novo padrão técnico empresarial de agricultura estão se viabilizando economicamente, representam 8,19% do total de estabelecimentos no Brasil, segundo estudo de Alves e Rocha (2010) baseado no censo agropecuário de 2006, isso soma um total de 423.689 estabelecimentos.

Os demais agricultores se dividem em duas categorias: em torno de 18,86% que ainda não estão com viabilidade econômica, mas que poderão alcançá-la, dependendo de políticas agrícolas específicas, num total de 975.974 estabelecimentos. Enquanto que no terceiro grupo estão agricultores que dificilmente se estabeleceram como agricultores, demandando políticas sociais para sua manutenção na sociedade. Nesse grupo encontram-se 3.775.826 estabelecimentos, ou 72,96% do total (ALVES; ROCHA, 2010).

No Brasil os governos têm criado ao longo das duas últimas décadas políticas públicas com o objetivo de promover o desenvolvimento rural e, por conseguinte, melhorar a vida dos agricultores dos dois últimos grupos.

Com isso, busca-se atender o desenvolvimento rural de forma integral, reconhecendo a multifuncionalidade que a agricultura apresenta. Pode-se ver claramente que, além das ferramentas específicas focadas ao desenvolvimento da produção agrícola, como assistência técnica e extensão rural (ATER), pesquisa e crédito, o Estado coloca à disposição dos agricultores familiares alternativas de atividades que possibilitem ampliar a renda e a ocupação dos membros da família (pluriatividade). Pode-se citar como exemplos o turismo rural, o artesanato e a transformação da produção em unidades fabris, também chamadas de agroindústrias familiares.

A importância da ATER para os pequenos produtores é reforçada por Bonadio *et al.* (2005) quando afirmam que esse público não dispõem de conhecimentos e de tecnologias suficientes que permitam o seu desenvolvimento. Alves e Silva (2013) concluíram que a tecnologia explicou a maior parte do crescimento da produção observada no Brasil no período de 1970 a 2012. Os autores estudaram o impacto da tecnologia no resultado do crescimento da produção de grãos Brasileira no período citado e observaram que o fator terra correspondeu a apenas 9,6%, o fator trabalho a 22,3% e o fator tecnologia alcançou 68,1% de importância.

Essas reflexões levam à questão que motivou a realização desse trabalho: agricultores familiares que têm acesso ao serviço de assistência técnica têm mais chances de melhorar seu negócio tecnicamente e economicamente?

Portanto, o objetivo é estudar, na percepção dos usuários, a importância da ATER oferecida às agroindústrias familiares do Oeste do Paraná e identificar sua importância no processo de desenvolvimento dos agricultores familiares.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

O desenvolvimento rural não pode ser entendido como modernização agrícola, nem como urbanização do espaço rural. Desenvolvimento é um processo de criação e ampliação de capacidades humanas, políticas, culturais e técnicas. É também possibilitar acessos às populações rurais aos fatores terra, crédito, conhecimento e informações, organização, a bens e serviços públicos e privados para agir, transformar e melhorar suas condições de vida e a oportunidades de emprego, geração de renda, saúde, educação. Esses dois fatores - ampliação das capacidades e de acesso - apontam para a possibilidade real de estabelecer o desenvolvimento rural, pois estão baseados nas escolhas das pessoas, e, portanto, focada no desenvolvimento delas (MDA, 2013).

Kageyama (2004), num esforço de propor uma forma de mensurar o desenvolvimento rural, abordou suas diversas vertentes e diversos conceitos, concluindo que o desenvolvimento rural é um processo multifacetado, devendo considerar o aspecto econômico no aumento de renda das famílias e o aspecto social na "oferta" de uma vida digna. Tudo isso pautado por uma intervenção territorial respeitando a vocação multifuncional e pluriativa do rural, aponta claramente a necessidade de uma política sistêmica de desenvolvimento, como a União Européia começou a discutir nos anos de 1990 por ocasião de críticas sofridas pela Política Agrícola Comum (PAC).

Dessas discussões surgiu a iniciativa LEADER ("Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural"). A proposta central da iniciativa estava baseada na necessidade de adaptar uma abordagem integrada, multi-setorial e territorial para o desenvolvimento rural. Considerava a diversidade de problemáticas no meio rural e dos territórios e, defendia a multifuncionalidade da agricultura como meio para o desenvolvimento rural (CALVÁRIO, 2010).

Para Kageyama (2004) o conceito de multifuncionalidade da agricultura expande sua função básica de fornecer apenas matérias primas e alimentos. Contudo, é a partir da atividade agrícola que derivam e se concretizam as funções econômicas, sociais, ambientais e territoriais.

Silveira (2003) contribui com essa discussão, pois segundo o autor a função ambiental está relacionada com a produção de bens públicos, que não são definidos pelas regras do mercado, tais como moldar e administrar a paisagem rural, promover a conservação do solo, gerenciar os recursos naturais de modo sustentável e preservar a biodiversidade. A função social, outro tipo de produto não agrícola, está relacionada à contribuição para a viabilidade socioeconômica das áreas rurais, notadamente a criação de empregos e a manutenção do tecido social rural. E por fim, a geração de atividades econômicas não agrícolas, com geração de emprego e renda, como o agroturismo, a produção de especialidades regionais, o processo de comercialização direta, a transformação de produtos (agroindústria familiar), entre outros.

Assim, a multifuncionalidade da agricultura abrange papéis complementares que a atividade agrícola desempenha na sociedade, além da sua função primária de produzir bens alimentares e fibras. O conceito de multifuncionalidade incorpora a contribuição da agricultura ao desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental e a vitalização de zonas rurais. Isto significa que há subprodutos decorrentes da atividade agropecuária além dos bens primários produzidos, que segundo Granziera e Saes (2014), são considerados como “bens de interesse públicos gerados pela atividade agrícola”, ou externalidades positivas. Isso impõe desenvolver um modelo de remuneração dessas externalidades, seja por meio da ação do Estado, como subsídios diretos ou indiretos aos agricultores, seja pelo pagamento pelo consumidor por um preço diferenciado dos produtos gerados dentro dos sistemas de produção multifuncionais.

2.1.1 Agroindústria Familiar

A transformação dos produtos agropecuários feitos dentro da propriedade familiar é uma estratégia que os agricultores familiares encontram na busca de sua manutenção econômica, para compensar a dificuldade em se viabilizarem nas cadeias tradicionais de commodities.

Schneider (2005) afirma que a agroindústria familiar é uma forma de pluriatividade resultante de um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora, onde o destino é à comercialização. Para esse autor, à medida que este tipo de produção cresce dentro da estrutura de produção familiar, ela se torna uma atividade independente, representando uma nova jornada de trabalho e rotinas diferenciadas.

Kiota *et al.* (2014) realizando estudo comparativo sobre a estratégia de agregação de valor no meio rural por meio das agroindústrias, e comparando unidades familiares do sul e do nordeste do Brasil, concluíram que a razão entre as famílias, tanto na região sul ou na região nordeste, não era diferente entre si, qual seja a busca por renda complementar que permitisse diminuir a dependência das atividades produtivas de *commodities*, que já não possibilitavam a reprodução de seu modo de vida. Essa conclusão é partilhada por Foguesatto e Machado (2017) após pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, onde observaram que a principal razão pela implantação das agroindústrias foi a busca pela ampliação da renda das famílias.

A agroindústria familiar é uma estratégia de promoção do desenvolvimento dessa categoria, por meio da transformação de matéria prima oriunda da produção agrícola em produtos típicos ou diferenciados, permitindo a inserção desses agricultores no mercado e viabilizando seus empreendimentos a partir de produtos com maior valor agregado (ZERBATO, 2013).

Em pesquisa no Estado de Santa Catarina, Mior (2005, p.191) considera a agroindústria familiar rural como sendo "uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização". Wesz Junior (2010) considera que essa atividade promove uma economia local, pois permite a retenção de recursos no meio rural, dando escala ao

valor agregado que os agricultores obtêm a partir das trocas com outros parceiros locais.

Gazolla *et al.* (2012) analisaram a agregação de valor da agroindústria rural brasileira a partir do Censo Agropecuário de 2006. A agregação de valor foi entendida como uma forma de ampliar a margem de lucro da atividade agrícola, pois os agricultores utilizam seus próprios recursos, como matéria prima, força de trabalho e conhecimento adquirido. Os resultados da pesquisa revelam dois principais aspectos: diferenças marcantes nas diversas macrorregiões e diferença de participação entre as agroindústrias familiares e não familiares.

No primeiro aspecto a região Nordeste destaca-se em volume de valor de venda e valor agregado total, somando 43% dos valores agregados dos alimentos. Com relação à participação por categoria, as agroindústrias familiares representaram maior parcela, responsável por 78,40% da agregação de valor a partir do processamento de alimentos. Uma das conclusões do estudo é que a agregação de valor pode ser uma importante estratégia de desenvolvimento rural, pois o controle dos principais elos da cadeia produtiva está sob o controle dos agricultores (produção de matérias-primas, processamento, gestão das unidades, comercialização direta, entre outros).

Na busca da diversificação e agregação de valor por meio da agroindústria é fundamental o conhecimento de como fazer e como comercializar, esses processos ainda passam por como legalizar, rotular e gerir, nesse aspecto a assistência técnica e a extensão rural exercem grande importância.

2.1.2 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

A assistência técnica está entre as diversas ações de governo no apoio a promoção do desenvolvimento rural com o objetivo de difundir tecnologias, juntamente com pesquisa agrícola e educação formal de nível técnico e superior (MDA, 2013).

A partir dos anos 1960, com a execução do Acordo de Cooperação entre Brasil e EUA (MEC/USAID) a assistência técnica aos agricultores estrutura-se e ganha força no Brasil. Isso foi fundamental para que o país realizasse a “modernização da agricultura” nos anos 1970, agora com a figura de um novo profissional, o extensionista rural. Foi esse profissional, vinculado às organizações estaduais de ATER, que possibilitou a difusão e incorporação de inovações tecnológicas aos sistemas de produções agrícolas, sejam pelos grandes produtores rurais, sejam pelos agricultores de menor escala.

Já no final dos anos de 1980, com a onda neoliberal e a crise fiscal vivida pelo Estado brasileiro, os governos estaduais e federal, justificados pela necessidade de redução do tamanho e do papel do Estado na economia, realizaram cortes orçamentários em diversos segmentos, no início dos anos 2000 e após uma década e meia sem que o Estado brasileiro investisse na ATER, esta foi retomada como um importante elemento da política de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar (CASTRO, 2015).

Em 2004 acontece o lançamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), tendo como público alvo os agricultores familiares (MDA, 2013), assim como uma nova compreensão dos serviços de ATER. Landini (2015) esclarece que a concepção de um serviço baseado na transferência de tecnologias foi substituída para o conceito de desenvolvimento rural, incluindo ações como a

organização dos agricultores, a gestão de processos participativos, o apoio à comercialização e a articulação interinstitucional com foco no território e nas questões ambientais.

A concepção de uma intervenção extensionista difusionista (modernização induzida) tinha como objetivo promover a introdução de inovações tecnológicas buscando uma mudança do padrão de produção na agricultura brasileira (LELIS, 2012). Esse objetivo foi alcançado por meio do sistema de assistência técnica atrelado ao crédito supervisionado, pois vinculava o acesso ao crédito ao uso de pacotes tecnológicos. O resultado, como já mencionada, foi a exclusão de parte significativa da agricultura familiar do processo produtivo (SILVA, 2013).

A partir da nova política de ATER, a PNATER, o Estado brasileiro busca assumir uma nova concepção, a do desenvolvimento rural, favorecendo iniciativas que contribuam com o desenvolvimento da agricultura familiar no território nacional. A PNATER foi formulada como uma política exclusiva para a agricultura familiar e tratava os serviços de ATER como um direito, como todos os serviços públicos. Assim, os 4,8 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar identificados no Censo Agropecuário de 2006 passaram a ter o direito a um serviço qualificado e em quantidade suficiente para atender suas demandas de produção, comercialização e organização social. Isso permitiria ampliar os apenas 12% dos agricultores familiares que recebiam esses serviços (SILVA, 2013).

Nesse novo contexto, de desenvolvimento rural, a ATER passa a ter uma missão ampliada, que vai além de simplesmente levar assistência técnica para ampliar a produção. Segundo Abromovay (1998, p.140) passa a ter caráter de “agência de desenvolvimento capaz de contribuir para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do rural um espaço propício na luta contra a exclusão social”, e propiciando o desenvolvimento sustentável e melhores condições de vida.

A importância da ATER para a agricultura familiar fica constatada quando a mesma se constitui como veículo condutor para esse público acessar as políticas públicas geradas pelo Estado. Considerando sua fragilidade enquanto categoria excluída, a agricultura familiar carece de condições que lhe permita usufruir e participar da construção e expansão de políticas públicas que a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF-MDA) criou, tanto no âmbito do PRONAF quanto de e outros programas focados em gênero, sustentabilidade dos sistemas de produção, geração de renda, agregação de valor, combate pobreza rural e segurança alimentar (SILVA; GREGOLIN, 2009).

A ASBRAER, Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, apresenta dados e informações relevantes sobre o serviço de Ater no Brasil em estudo de 2014. Serviço esse baseado em um processo de educação continuada, realizado de forma participativa, direcionado ao desenvolvimento sustentável do País, com benefícios econômicos, sociais e ambientais para toda a sociedade (ASBRAER, 2014).

Alguns resultados apontados pelo estudo mostram que o envolvimento dos mais de 16 mil extensionistas rurais presentes em 96% dos municípios do país faz chegar ao campo 62% do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 87% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para aqueles que recebem regularmente seus serviços de assistência técnica têm produtividade quase quatro vezes maior do que aqueles que não recebem.

São escassos os trabalhos científicos que demonstram os resultados da ATER sobre a produtividade agrícola. FRANÇA *et al.* (2009), em estudo inédito

analisando a base de dados do Censo Agropecuário 2006 demonstraram que os agricultores familiares que receberam regularmente os serviços de ATER tiveram uma produtividade média quatro vezes superior que aqueles que não receberam.

O Acesso a conhecimento e tecnologia é parte importante desse processo, não na forma de “pacotes tecnológicos”. A apropriação de conhecimentos deve ser de forma compatível com os recursos disponíveis na propriedade rural, priorizando práticas agrícolas que preservam e recuperam o meio ambiente e que busquem o equilíbrio entre a rentabilidade financeira da unidade de produção e o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse contexto o profissional de ATER tem papel de intermediar a produção de conhecimento e a produção agropecuária. Num processo dialógico de troca de saberes, extensionistas e agricultores estabelecem meios para incorporar nos sistemas de produção as pesquisas oriundas das universidades e institutos de pesquisa (ASBRAER, 2014).

3 METODOLOGIA

Realizou-se um estudo de caso em uma agroindústria atendida pela Cooperativa Biolabore¹ por meio de uma entrevista semiestruturada com o objetivo de verificar a importância que os trabalhos de assistência técnica e extensão rural promoveram junto à unidade produtiva, na percepção do produtor.

A entrevista semiestruturada consiste em elaborar um roteiro de perguntas, baseado nas reflexões que emergiram do levantamento bibliográfico e todo referencial teórico, assim como em outros roteiros e questionários utilizados em pesquisas sobre o mesmo tema, como no trabalho de Gazolla (2012).

O objetivo do roteiro é guiar a entrevista, perpassar todos os pontos relevantes à pesquisa, ter um conjunto de perguntas que pode ser aplicado a vários entrevistados, permitindo assim uma análise sistematizada das respostas. Ao mesmo tempo o roteiro guia, mas não limita as respostas como seria em um questionário, o entrevistado pode falar livremente sobre o tema perguntado, podendo o entrevistador retomar a pergunta caso o entrevistado fuja ao tema, ou passar para a próxima quando o entrevistado exaurir sua explanação sobre o tema.

Assim, a entrevista semiestruturada permite ir além da objetividade de um questionário, estando suscetível ao surgimento de novas questões e relações apontadas pelo entrevistado.

A entrevista como método científico se consolidou após a década de 1930 (CÁRCERES, 1998) e diferencia-se da análise de uma conversa informal pois tem, claro aos participantes, que o entrevistador busca um conhecimento ou uma informação, e o entrevistado está disposto a discorrer sobre seu conhecimento, sua vivência, sua experiência sobre tema abordado, o entrevistado é alguém que experienciou ou testemunhou um fato ou evento. Velles (1997) afirma que na entrevista o entrevistador tem o objetivo de ouvir e o entrevistado de ser ouvido, o entrevistador estimula o entrevistado a responder sem interferir nas respostas, é o entrevistador que organiza e guia a entrevista.

O trabalho também analisou dados e informações do relatório da Biolabore (2017) referente ao período de 2015/2016, permitindo ter um panorama desse segmento na região da Bacia do Paraná 3 (BP3).

1 Cooperativa de serviços de ATER, que desde o ano de 2009 fornece esses serviços para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da Itaipu Binacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ocupação da região Oeste do Paraná é recente e sua economia ainda é fortemente apoiada no setor primário, isso porque, as principais indústrias da região transformam produtos agrícolas como soja, milho, leite e carnes (aves, suínos e peixes). As agroindústrias somam para que o Oeste do Paraná tenha um PIB industrial de 16% em relação ao estado, mesmo tendo em torno 12,5% da sua população e 12% do seu território, demonstrando a importância do setor agro e seus encadeamentos.

Ainda assim, a região apresenta contradições. Enquanto apresenta um PIB *per capita* maior que do Paraná e do Brasil, seu IDH é inferior. Em alguns indicadores sociais pode-se ver a mesma tendência, como nas taxas de mortalidade infantil, de homicídio e de suicídio, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - Indicadores sociais do Oeste do Paraná, Paraná e Brasil 2016.

Indicador	Oeste do Paraná	Paraná	Brasil
PIB <i>per capita</i> (R\$)	31856,00	31411,00	28500,00
IDH	0,717	0,749	0,755
Mortalidade infantil por mil nascidos vivos	11,85	10,92	12,43
Homicídios por mil habitantes	41,6	33,4	27,8
Suicídios por mil habitantes	6,7	5,6	5,0

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Observatório Territorial Oeste em Desenvolvimento

Os dados da Tabela 1 ilustram que o foco no crescimento não conduz necessariamente ao desenvolvimento. Tem-se na região uma estrutura de produção de riqueza, de renda e de empregos baseados, predominantemente, na agricultura. A economia regional apresenta um setor de agronegócio com cadeias produtivas muito modernas, com capacidade de competir no mercado mundial. O mesmo ocorre com o setor agroindustrial. No entanto, mesmo muitas agroindústrias na região tendo estrutura cooperativada, isso não significa a geração de empregos e/ou postos de trabalho bem remunerados, que levem a uma melhor distribuição de renda, melhora na qualidade de vida e, conseqüentemente, melhores indicadores sociais.

Nesse sentido, Sachs (2008) chama a atenção que para pensar o desenvolvimento de um território é necessário ter em conta a sua diversidade de configurações socioeconômicas e culturais. Sempre será um erro tentar aplicar de forma generalizada estratégias e padrões copiados de outras regiões. As estratégias utilizadas deverão buscar respostas aos problemas identificados e também oferecer soluções às demandas da sociedade, superando obstáculos que impedem o uso mais racional e sustentável dos recursos e aproveitando as oportunidades existentes, usando de criatividade e inovação.

Objetivando ampliar o processo de agroindustrialização a Biolabore (2017) visa ampliar as capacidades dos agricultores, desenvolver o conhecimento necessário, tanto do processo de gêneros alimentícios em si, quanto dos canais de comercialização, auxiliar no controle financeiro, de investimento, e no processo de formação de preço.

No que tange às questões legais, busca a formalização do empreendimento, o processo de rotulagem nutricional, a implementação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos – exigência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2002).

A agroindustrialização e o processo de desenvolvimento rural na região, baseado no fato de que a ampliação da renda e da escolaridade dos consumidores tem levado a uma mudança no padrão de consumo, esses tem priorizado o consumo de gêneros alimentícios com características mais saudáveis, menos processados, orgânicos, artesanais, locais, entre outras. Assim, se vê no horizonte uma ampliação do mercado para os produtos da agroindústria da propriedade familiar.

A multifuncionalidade, citada anteriormente, permite um desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista econômico, permitindo a ampliação das fontes de renda, maior estabilidade do fluxo de caixa, como do ponto de vista ecológico, por meio de processos em menor escala, menos agressivos ao ambiente.

No período 2015/2016 havia 127 agroindústrias na BP3 atendidas pela Biolabore (2017), dessas 83% possuíam estrutura física em boas condições, com autorização da vigilância sanitária para operar, 17% precisavam melhorar suas instalações para conseguirem a autorização.

Observa-se que 44% das instalações são anexas a residência do proprietário, fato decorrente do potencial de aproveitamento da estrutura já existente, que pode ser convertida seguindo as instruções dos órgãos fiscalizadores, demandando menos recursos, permitindo a ampliação da atividade após a flexibilização das regras após as Instruções Normativas nº17/15 e nº05/17 do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Quanto a mão de obra, apenas 8% das propriedades utilizam, além da mão de obra familiar, mão de obra contratada. Esse fato é importante por reforçar o caráter familiar da atividade, e a melhoria da distribuição de renda.

Preocupa observar que 49% da mão de obra têm 51 anos ou mais de idade, fato que reflete o desejo do jovem de migrar para o meio urbano. E cabe salientar a importância de programas de ATER dado o baixo nível de escolaridade, 44,7% dos trabalhadores tem o fundamental completo ou menos, o que é um entrave a qualquer processo de formalização, legalização ou elaboração de contratos.

Dos produtores, apenas 43% dedicam integralmente seu tempo ao processo de agroindustrialização. Fato que reflete a necessidade de ampliar a produção e a comercialização desses produtos, pois 57% dos produtores ainda precisa despende tempo em outras atividades para complementar sua renda.

Quanto a matéria-prima, 83% dos produtores utilizam matéria-prima de origem vegetal, dado o menor risco e conseqüente menor exigência fitossanitária. Quanto à origem, 41% da matéria-prima é adquirida fora da propriedade, são destaques nesse caso a atividade de panificação.

Quanto ao produto final produzido, tem-se 39 variedades, o que demonstra uma rica pluralidade de atividades. Os mais frequentes foram Pães, Cucas, bolos e bolachas, produzidos em mais de 50 propriedades. Lembrando que esse setor tem a fragilidade da dependência de matéria-prima de fora da propriedade e amplo potencial de competição no meio urbano.

Quanto à capacidade produtiva, apenas 10% das propriedades produzem mais do que 1000 kg ou 1000 litros de produto por mês. Evidencia simultaneamente a limitação em função da estrutura produtiva, como também do potencial de

crescimento caso sejam resolvidos os gargalos existentes, sobretudo com a adoção de tecnologias que ampliem a produtividade.

É notório a dificuldade de legalização de novos empreendimentos no Brasil, sobretudo de pequenos. Em 2016 30% das propriedades atendidas ainda não possuíam todos os registros e licenças de todas as esferas de governo, operando com o alvará de funcionamento emitido pelo Secretaria municipal de Fazenda, mínimo necessário. Fica claro que a escolaridade é um dos limitantes a consecução do processo de legalização e normatização da atividade.

Quanto à rotulagem e estabelecimento de marca ou identificação, 64% das propriedades tem alguma forma de identificação, elemento importante para estabelecer confiança no produto apresentado ao consumir, assim como fidelizar o cliente. É importante ressaltar a necessidade de conhecimento técnico para a elaboração da rotulagem nutricional. Tanto a marca quanto a rotulagem nutricional são imprescindíveis para que haja uma evolução na comercialização por terceiros.

A comercialização deve ser abordada sob dois aspectos importantes: legalização das vendas e os canais de comercialização. Quanto ao primeiro aspecto é importante verificar se a venda é feita com nota fiscal do produtor, o que requer recolhimento de tributos e dá direitos previdenciários. Observou-se que apenas 49% das vendas em 2016 foram realizadas com emissão de nota, refletindo o grau de integração da atividade com a economia formal, preocupação com os direitos previdenciários e o nível de renda.

Já os canais de comercialização mais utilizados foram a venda direta e os programas institucionais. A venda direta é responsável por um terço do total de vendas realizadas, sendo canal de comercialização mais utilizado. O segundo canal mais utilizado fora as vendas para programas institucionais, sobretudo o PNAE – programa nacional de alimentação escolar, representando 24% das vendas.

Em se tratando da demanda pelos programas institucionais, percebe-se uma relação com a formação atual da oferta. Os programas institucionais, sobretudo o PNAE, demandam gêneros que podem ser inseridos na merenda escolar, sendo a demanda para o ano de 2016 na BP3, predominante em Bolachas (R\$ 410.000,00), Pães (R\$ 280.000,00), Leite (R\$ 245.000,00), Cucas (R\$ 230.000,00). Essa demanda ajuda explicar a predominância da atividade panificadora entre as propriedades.

Após a venda direta e os programas institucionais, a feira do produtor é o maior canal de comercialização. Essa estrutura demonstra uma fragilidade da inserção do produtor no mercado, estando amplamente dependente de programas governamentais, que tem direcionado as atividades, assim como uma baixa capilaridade no meio urbano.

Essa assertiva é corroborada pela opinião dos produtores, 15% deles afirmam que é necessário melhorar os canais de comercialização, 6% definem os atuais canais como ruins, apenas 5% os definem como ótimos.

Isso impacta na capacidade de geração de renda dessas propriedades, 29% auferiram renda superior a 50 mil reais em 2016, que representa uma renda média mensal bruta de 4166,00 reais.

Para auxiliar nas vendas, 90% dos produtores utilizam seus veículos de passeio para transportar os produtos, apenas 10% possuem um veículo específico para essa função, dado que coincide com o volume de produção, dado supracitado, apenas 10% das unidades produzem mais de 1000 kg ou 1000 litros de produto por mês.

Quanto às fontes de recursos naturais, a água é apontada pelos produtores como a mais importante, a sanidade e potabilidade da água na propriedade estão ligadas aos processos produtivos desenvolvidos na propriedade.

Apenas 17% dos produtores utilizam água de vertente ou nascente, o mesmo percentual é observado para o consumo de água encanada da rede pública, sendo a maioria 66%, utilizam água de poços artesianos. Preocupante é o fato de 36% não possuírem sistemas de tratamento dos efluentes.

Os resíduos das atividades agroindustriais são predominantemente sólidos, 83%, sendo destinados predominantemente a alimentação animal ou compostagem.

Para a realização do estudo de caso, que teve como objetivo obter informações que confirmassem ou não as àquelas obtidas nas referências bibliográficas, fez-se uso da entrevista semiestruturada junto a um agricultor que opera uma agroindústria na região Oeste do Paraná e que recebeu assessoria de técnica da Cooperativa Biolabore.

O agricultor entrevistado explora, desde 1988, uma área de 23 mil m² no meio rural do Município de Foz do Iguaçu para onde transferiu sua residência em 1996. Nessa pequena propriedade conseguiu prover o sustento de sua família a partir da produção de verduras em uma horta de 4.000 m².

Em razão de problemas de saúde, custo da mão de obra e oportunidades de mercado resolveu valorizar o talento da esposa e de uma cunhada para entrar no ramo da panificação e conservas.

No ano de 2006 solicitou apoio técnico da vigilância sanitária com o propósito de implantar uma agroindústria em sua propriedade. Após as orientações adaptou parte da cozinha da casa, se valendo de recursos próprios, para funcionar como uma panificadora, seguindo todas as recomendações e mantendo a unidade nos padrões exigidos por lei.

No início da atividade as vendas eram feitas em panificadoras e pequenas mercearias próximas à propriedade, até que em 2014 começaram a fornecer para programas governamentais (PAA e PNAE) por meio da Cooperativa que ajudaram a fundar.

No entanto, isso exigiu que o agricultor alterasse seu produto. De um produto especial, com qualidade reconhecida, pelo falar do agricultor com “sabor e textura especial”, teve que adotar o padrão exigido pela Cooperativa para a entrega juntamente com os demais cooperados. Isso não lhe incomodou, pois ampliou o volume e garantiu a entrega e pagamento.

Não ficam dúvidas que as atividades de processamento de produtos na propriedade foram e continuam a ser fundamentais para garantir renda, sobretudo para agregar renda aos produtos produzidos internamente ou adquiridos de fora da propriedade. Isso confirma os estudos de Gazolla *et al.* (2012) que mostram que os agricultores buscam essa modalidade produtiva para garantir sua permanência no meio rural com renda satisfatória.

Essa conclusão é importante, no entanto, nosso objetivo foi analisar qual a importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) para o desenvolvimento dos agricultores familiares. O tema ATER veio de forma espontânea já no início da entrevista por duas vezes, o que em nossa opinião é um sinal de sua importância para o agricultor. Ele cita a ATER como fator decisivo para definir e instruir os produtores sobre o padrão de pão que deveria ser feito para responder à demanda dos programas PNAE e PAA. Sua declaração indica que sem a participação dos

técnicos a cooperativa não teria possibilidade, muito menos os Agricultores, a obter o padrão exigido e preparar os produtores na forma de fazer os pães.

A segunda menção espontânea foi referente à assessoria para montar a agroindústria. O agricultor, no início da fala, diz-se insatisfeito com a assessoria, porém, no decorrer da fala, declara que sem ela não teria como montar e implantar de forma rápida e correta.

Quando foi questionado especificamente sobre o tema ATER o agricultor foi explícito em afirmar sobre sua importância, trazendo fatos que comprovam essa importância.

Mesmo quando citou sobre sua solicitação de assessoria para a implantação de uma pousada na propriedade, ele assevera que ficou muito contente com o projeto e o plano de negócio, especialmente pela articulação que o técnico local fez, trazendo outras competências que qualificam os resultados.

Este fato chama especial atenção, pois o produtor elogiou a capacidade técnico-produtiva da assistência, mas demonstrou que faltou ter habilidade para auxiliar no âmbito comercial, canais de comercialização, especialmente na elaboração de um modelo de negócio. Assim é preciso questionar os limites da ATER, na economia contemporânea o produtor rural não produz apenas gêneros agrícolas de forma tradicional, mas para produzir e manter-se competitivo precisa estar inserido no mercado, com um modelo de mercado apto, coeso com a dinâmica atual de seu mercado consumidor.

Ao longo da entrevista vai listando uma série de atividades que considera fundamental que um processo de ATER proporciona aos agricultores, como oferta de capacitações e formações, assessoria técnica à produção agrícola, assessoria ao processo de transformação de produtos, assessoria à gestão administrativa da propriedade e da agroindústria, assessoria a projetos de captação de recursos e créditos, entre outro.

Além disso, o agricultor declara que a ATER fez diferença positiva em diferentes momentos, como a obtenção de conhecimentos que aumentaram a produtividade da atividade em questão (p.ex. aumento da produtividade de galinha caipira), possibilitou seu acesso a políticas públicas (PNAE E PAA) e a crédito agrícola (PRONAF), que as atividades de ATER permitiram inserção ao mercado e acesso a instituições estratégicas para seus produtos, assim como a ampliação de renda de suas atividades (p. ex. a assessoria na melhoria de qualidade das bolachas e a padronização das mesmas produzidas pelo grupo de agricultores no qual ele participa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As agroindústrias da BP3 apresentam grande diversidade entre os produtos ofertados, o que reduz o risco e a fragilidade da dependência de um fator ou mercado específico entrar em recessão.

A estrutura produtiva familiar pode melhorar a distribuição de renda na zona rural, ampliando a qualidade de vida dessas famílias e gerando um efeito multiplicador na região.

No entanto, ainda há fatores preocupantes, como o esvaziamento demográfico, a baixa escolaridade, dificuldade de inserção em novos canais de comercialização com maior capilaridade.

É preciso pensar estratégias de modernização dos processos produtivos que ampliem a produtividade e conseqüentemente a renda. A formalização, legalização e estabelecimento de marcas favorece a inserção no mercado, amplia a confiança do consumidor.

A existência de programas institucionais de aquisição de alimentos gera uma expressiva demanda para esse setor, esse fato pode ter conseqüências positivas e negativas, é preciso aproveitar essa demanda para dar viabilidade à implementação de novas unidades, a modernização das já existentes, porém não se pode manter dependente dessa demanda, visto que programas públicos não tem caráter permanente, podendo ser modificados, redimensionados ou extintos. É preciso pensar o atendimento dessa demanda de forma estratégica, que dê suporte a um plano de crescimento e independência da unidade produtiva.

Por meio do estudo de caso analisado, observam-se muitos elementos discutidos e apresentados anteriormente. O agricultor entrevistado apontou a importância da oferta de ATER aos agricultores familiares como forma de possibilitar seu desenvolvimento e melhores condições de vida, conforme aponta Abromovay (1998).

Da mesma forma corrobora com a afirmação de Silva e Gregolin (2009) que a ATER permite estabelecer o acesso dos agricultores às políticas públicas, assim como, confirma o estudo realizado por França *et al.* (2009) em que por meio da ATER os agricultores alcançam maiores produtividades.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, R. Agricultura Familiar e Serviço Público: Novos Desafios para a Extensão Rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.

ALVES, E.; ROCHA, D. P, Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. 1 ed. Brasília: IPEA, 2010, p. 275-290.

ALVES, E. R. de A.; SILVA, R. C. Qual e o problema de transferência de tecnologia do Brasil e da Embrapa? In: ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S.; GOMES, E. G. (Ed.). **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 182-191.

ANVISA, Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002.

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Assistência técnica e extensão rural no Brasil: Um debate nacional sobre as realidades e novos rumos para o desenvolvimento do País**. Brasília: ASBRAER, Jul. 2014.

BIOLABORE, **Análise sócioeconômica das agroindústrias da BP3 – Marco II**. Santa Helena – PR, Junho de 2017.

BONADIO, L. F.; TUPY, O.; RODRIGUES, G. S.; RODRIGUES, I. A.; CAMARGO, A. C. **Impacto social de inovações tecnológicas na agricultura familiar: Tecnologias para produção de leite.** São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2005. 44 p. (Embrapa Pecuária Sudeste. Documento, 44).

CALVÁRIO, R. M. O. **Política de Desenvolvimento Rural na União Europeia: Agricultura, Ambiente e Território.** 121 p. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

CÁRCERES, L. J. **Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación.** México: Prentice Hall, 1998.

CASTRO, C. N. Desafios da Agricultura Familiar: o Caso da Assistência Técnica e Extensão Rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental.** V.12, jul./dez. 2015, Brasília: Ipea.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** – Brasília: MDA, 2009. 96p.

FOGUESATTO, C. R.; MACHADO, J. A. D. O processo decisório na criação de unidades que agregam valor à produção agropecuária: as agroindústrias familiares. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 39, p. 301-319, 2017.

GAZOLLA, M. **Conhecimento, Produção de Novidades e Ações Institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares.** 292 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P. A.; WAQUIL, P. D. Agregação de valor nas agroindústrias rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: n.122, p. 241-262, jan./jun. 2012.

GRANZIERA, M. M.; SAES, M. S. M. Um estudo da contribuição da agricultura multifuncional para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1. Jan./ Abr. 2014.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p.379-408, set./dez. 2004.

KIOTA et al. A agroindústria familiar e a produção de novidades no desenvolvimento rural: uma análise comparativa entre sul e nordeste do Brasil. In: SCHNEIDER, S.; MENEZES, M.; GOMES DA SILVA, A.; BEZERRA, I. (Org.). **Sementes e brotos da Transição** - inovação, poder e desenvolvimento em áreas do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p.71-90.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 45, n. 2, p. 371-377, Fev. 2015.

LELIS, D. A. S.; COELHO, F. M. G.; DIAS, M. M. A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou como direito? **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 69-80, Jan./Jun. 2012.

MDA. **Documento de referência da 2ª conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário**. 2013. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Documento_de_Referencia_2CNDRSS.pdf. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: Incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Gramond, 2008.

SCHENEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília. Ano XVI, n. 3, p. 14-34, Jul./Ago./Set. 2005.

SILVA, A. M.; GREGOLIN, A. C. Agricultura familiar e extensão rural: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável. In Melo, C., et.al. **Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários**. Fundação Banco do Brasil, p. 124-140. São Paulo/SP, Publisher Brasil, 2009.

SILVA, R. P. As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar. **Revista Nera, Presidente Prudente**, ano 16, n. 23, Jul./Dez. 2013.

SILVEIRA, M. A da. Multifuncionalidade da agricultura familiar em araras (sp) e os desafios à pesquisa agropecuária. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S.; (Org.). **Para além da produção – multifuncionalidade e agricultura familiar**. São Paulo: MAUAD, 2003.

VELLES, M. S. **Técnicas cualitativas de investigación social**: reflexión metodológica y práctica profesional. Madrid: Síntesis, 1997.

WESZ JUNIOR, V. J. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 48, n. 4, p. 14-34, Oct./Dec. 2010

ZERBATO, C. C. **Política Pública para a Agricultura Familiar**: avaliação do programa paranaense “Fábrica do Agricultor”. 162 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PR, 2013.